

Congresso indeciso nas grandes questões



Entre um Congresso que acaba e outro que começa não é difícil verificar que a mudança ocorrida não foi substancial. As questões renovam-se, isto é, perenizam-se. São as mesmas. A lição das urnas de nada valeu a uma representação tão pouco representativa dos anseios da população por instituições sólidas, eficazes e respeitáveis. Tem-se a impressão, ao saber das questões postas em pauta nas sondagens do ministro da Justiça junto às bancadas, que todos os deputados e senadores foram reeleitos tal a persistência das propostas de participação não propriamente nas decisões do governo, que estas já estão tomadas e são conhecidas, mas no bolo. Todos querem cargos, cargos para distribuir e verbas com que contemplar estados, municípios e associações eleitorais.

Os parlamentares eleitos na cauda da influência eleitoral do presidente da República sabem perfeitamente o recado que trouxeram dos seus eleitores e o que se quer que eles façam. Eles estão aí para apoiar o plano Collor e se o rejeitarem deverão expor razões sólidas e explícitas para o fazerem. Claro que, não havendo mandato imperativo, não se obrigam deputados e senadores a uma estrita obediência à inspiração dos que neles votaram. Mas para se recusarem a endossar a recomendação do eleitor será necessário que assumam clara e ostensivamente a responsabilidade por uma decisão que deverá estar apoiada em razões de ordem pública e não nos míseros interesses clientelistas.

O ministro Jarbas Passarinho está conduzindo com prudência suas tratativas com seus companheiros de Congresso cujas manhas supõe-se que ele conheça muito bem. Por enquanto o ministro da Justiça tem evitado compromissos no pressuposto de que negociará até o fim deste mês apenas com parlamentares cuja maioria estará brevemente sem mandato. Ele tem que atender a essa emergência mas sobretudo tem que pensar no longo prazo, isto é, na próxima legislatura que durará quatro anos. Mas a esta altura deve ter verificado que, com pequenas mudanças, o cenário não se alterará. As pretensões são as mesmas, as postulações adequadas ou inadequadas colocam-se no curto e no longo prazo e as esperanças de harmonizar o pequeno com o grande não são maiores a não ser que se disponha a fazer concessões.

Concessão é da natureza da negociação, mas no trato da coisa pública o essencial é que tudo fique nessa esfera do interesse geral. O governo está sem líderes na Câmara e no Senado. O deputado Renan Calheiros

está envolvido numa luta eleitoral ao fim da qual poderá estar excluído por quatro anos do exercício de mandatos. O senador José Inácio voltará ao Senado mas possivelmente amargando uma derrota que não estava nos seus cálculos nem no dos seus patronos. Teoricamente não haverá daí obstáculos para renovar, mas os candidatos a líderes assim como a presidente das duas casas legislativas vêm de longe, são praticamente os mesmos. Na Câmara, com exceção do deputado Nelson Jobim, nenhum deles está justificando com uma proposta concreta de renovação de métodos de trabalho seu desejo de comandar esse ramo do Poder Legislativo.

Passarinho, para a conclusão das suas sondagens e avaliações, deverá esperar ainda o desfecho da luta eleitoral em alguns estados, principalmente São Paulo e Minas, para só então dispor de elementos muito importantes para definir no Congresso a influência das regiões políticas numa área de comando politicamente muito sensível. Afinal, sob o próximo comando, o Congresso poderá tomar decisões fundamentais, como, por exemplo, a antecipação do plebiscito sobre forma e sistema de governo e até mesmo a possibilidade de permitir ao presidente da República, a governadores e prefeitos a disputa de um segundo mandato, tal como acontece nos Estados Unidos.

A discussão desse último item, proposta num projeto de emenda constitucional do senador Nei Maranhão, parece prematura. O natural seria que o assunto surgisse no bojo da reforma mais ampla a ser realizada, segundo a previsão constitucional, cinco anos depois da promulgação da Constituição em vigor, mas cuja antecipação para 1992 está projetada e justificada com muito boas razões. A natureza do mandato presidencial poderá ser alterada pela decisão popular de adotar o sistema parlamentarista de governo e até mesmo pela improvável opção por uma forma de governo monarquista, quando simplesmente desapareceria a escolha por eleição do chefe de Estado.

As lideranças parlamentares, por mais representativas que sejam, não comandam efetivamente a massa da representação que costuma se mover pelas razões nem sempre decifráveis do jogo de poder. Na verdade, Senado e Câmara ainda não se decidiram nem pelo sistema de governo nem pela data em que isso poderá ocorrer. Tudo vai depender de movimentos de bastidores que ainda não são perceptíveis quando nada por não se conhecerem os personagens que vão se movimentar por trás do pano. Com exceção do presidente da República.